



ARQUITETURA NOVA: SÉRGIO FERRO, FLÁVIO IMPÉRIO E RODRIGO LEFÈVRE, DE ARTIGAS AOS MUTIRÕES

ARANTES, PEDRO FIORI. SÃO PAULO:
EDITORA 34, 2002.

Paulo Bicca

154

pós-

Resgate do passado e a construção do futuro

Necessária e muito oportuna – é o mínimo que se pode dizer sobre a obra escrita por Pedro Fiori Arantes, intitulada *Arquitetura nova* e publicada em agosto deste ano pela Editora 34.

Para muitos, como foi meu caso, antes mesmo de lê-la já se podia antever, ao menos em parte, seu conteúdo, implícito no subtítulo que destaca os nomes dos arquitetos Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, relacionados com o de Vilanova Artigas e as práticas dos mutirões. E, malgrado a importância de todos estes arquitetos e professores de arquitetura, suas idéias e suas histórias profissionais infelizmente são pouco conhecidas das novas gerações de arquitetos e estudantes, sobretudo, mas não apenas daqueles que vivem fora de São Paulo e não freqüentam ou freqüentaram a FAUUSP, na qual todos eles participaram com destaque.

Situação de “amnésia” ou desconhecimento plenamente de acordo com os tempos atuais, no qual as questões econômicas, sociais e políticas envolvendo a arquitetura, sua produção e seu uso, pouco comparecem nos debates acadêmicos e profissionais, consideradas muitas vezes retrógradas, resquícios de “posições ideológicas” ultrapassadas, que devem ser substituídas por uma cultura pós-moderna e globalizada, estimuladas e divulgadas pela publicação de revistas e livros luxuosos, geralmente associados à promoção de arquitetos *superstars*. Em um tal contexto, o trabalho do Pedro se mostra muito mais do que apenas pertinente.

Quando a busca crescente de novas e exóticas linguagens arquitetônicas e a recorrente obsessão por novos adjetivos procuram ocultar o que a arquitetura e sua produção têm de substantivo, reforçando seu papel nesta “Sociedade do Espetáculo”, tal como a conceituou Guy Debord; quando a estética *high-tech*, no

projetar e construir, reforçam o caráter fetichizador da arquitetura tida como *arte del disegno* – para usarmos as expressões cunhadas há 500 anos por Giorgio Vasari –, ampliando no universo produtivo da arquitetura a subordinação real do trabalho ao capital, como, aliás, muito bem destacou Sérgio Ferro em seu último artigo publicado no Brasil, intitulado “Uma Nota” (Revista *AU*, n. 104, out./nov. de 2002), no qual critica o Guggenheim Museum de Bilbao, obra do arquiteto Frank Gehry, considerada por ele como paradigmática do *nouvel esprit du capitalisme*; em uma época em que eventos como aquele nomeado Casa Cor proliferam como metástases por todo o Brasil, tornando-se referências alienantes para um número cada vez maior, não apenas de jovens ou futuros arquitetos; quando tudo isto acontece, tendo como inevitável reverso da mesma medalha os crescentes problemas urbanos, a miséria arquitetônica e ambiental cada vez mais generalizada de áreas sempre mais extensas de nossas grandes e médias cidades, mostrando que ainda continuam atuais as assertivas de Engels sobre as questões da habitação, enunciadas por ele há mais de um século e meio; quando a produção da arquitetura – dando curso a um processo no mínimo iniciado por Brunelleschi, há quase 500 anos, na construção da famosa cúpula de Santa Maria del Fiori – conduz a níveis ainda mais extremos a alienação e a exploração do trabalho vivo nela objetivado; em um mundo marcado pela derrocada daquela farsa chamada “socialismo real”, e pela ideologia de que ao capitalismo e, em nosso caso, à sua forma de produzir arquitetura não há alternativas, procurando-se, assim, impor um modelo de forma incontestada, condição necessária ao exercício de sua hegemonia; é exatamente nestas circunstâncias que adquirem ainda maior relevância trabalhos “fora de moda” como este escrito pelo Pedro, no qual, sem nenhum quixotismo ou simplificações, afirma-se que há outros caminhos, não apenas possíveis, mas necessários de serem trilhados como condições à “utopia” de uma sociedade ao mesmo tempo arquitetonicamente bela e justa, fruto exclusivo do trabalho livre. Aliás, condição necessária e suficiente para que qualquer objeto fosse considerado arte, de acordo com William Morris.

É para participar da construção deste novo caminho a ser percorrido, que Pedro se volta para o passado, refazendo intelectualmente as trilhas que na teoria e na prática foram antes percorridas por aqueles quatro personagens escolhidos por ele como paradigmáticos de seu objeto de estudo e úteis aos seus desígnios, certo, entretanto, de que, parafraseando o poeta espanhol Antonio Machado, tratam-se de “*cendas que jamais se volveram a pizar*”. Por isso, a leitura do livro do Pedro mostra-nos que a intenção e o gesto de recolocar seus personagens em cena não significava uma volta saudosista ao passado ou um mero registro de personagens e fatos relevantes para uma historiografia da arquitetura paulista e brasileira. Nem se limitava a um trabalho de natureza meramente acadêmica, mas sim de uma obra escrita que, tratando de arquitetura e sua produção, adquire sentido pleno somente por seu explícito engajamento político, inalienável de seu conteúdo e de sua própria razão de ser, sua condição *sine qua non*. Na boa e velha tradição que, atrevo-me a dizer, nasceu no século 19, com o Ruskin e sua natureza do gótico, e com William Morris e seus textos sobre arquitetura e arte –

particularmente estes últimos, tão apreciados por Sérgio Ferro –, que ainda hoje têm muito a ensinar-nos.

Sublinhe-se igualmente como mérito que o autor não se colocou na condição de quem apenas pretendeu descrever de forma mais ou menos neutra as questões por ele tratadas. Muito mais do que uma narrativa histórica, há nele o salutar engajamento e tomada de posição diante das polêmicas de ontem e de hoje, ajudando a lembrá-las e a identificar o fio condutor que as une, ao mesmo tempo em que procura explicitar o conteúdo das mesmas, sobretudo quando opõem, de um lado, as idéias e práticas defendidas por Artigas, e, de outro lado, aquelas sustentadas por Sérgio, Flávio e Rodrigo. Diferenças e antagonismos que se tornarão ainda mais plenamente explícitos e substantivos a partir dos anos 70, quando Sérgio começa a escrever *O canteiro e o desenho* (publicado no Brasil pela Editora Projeto, em 1979), e quando em 1981 Rodrigo apresenta sua tese intitulada *Projeto de um acampamento de obra: Uma utopia*.

Isto posto, destaque-se igualmente a louvável maneira como Pedro se relaciona com seus personagens centrais, tratando a todos, merecidamente, de forma respeitosa e correta do ponto de vista profissional e político, pois, mesmo quando discorda, reconhece em cada um deles os predicados que lhes conferiram a importância que tiveram e, malgrado sua nítida maior simpatia e identidade com o “trio”, mais particularmente ainda com o Rodrigo e o Sérgio.

Para Pedro – e fica claro que seu livro se estrutura em torno desses pressupostos – a escolha de seus personagens não foi aleatória, pois para ele a importância e singularidade de cada um deles, as distintas naturezas de seus pensamentos e práticas, e as polêmicas que suscitaram e ainda suscitam continuam atuais e vivas, e têm muito a ensinar a todos aqueles que se recusam a colocar a arquitetura no suposto Olimpo das coisas sagradas, distantes do mundo sensível e dos homens reais, com suas contradições e complexidades que não se confundem propriamente com aquelas tratadas por Robert Venturi. Mas é verdade igualmente que o resgate dos mesmos não se fez no sentido laudatório, totalmente isento de críticas, mas sim buscando entendê-los e avaliá-los como inegáveis referências para todos aqueles que procuram uma nova maneira de produzir arquitetura, fora do restrito mundo da mercadoria e da lógica do capital, fundada, portanto, em novas relações de produção arquitetônica, expressas prática e simbolicamente, no que concerne à participação dos arquitetos, em uma nova relação entre canteiro e desenho. E para tanto os analisa como referências – no caso do Sérgio e do Rodrigo – à luz das experiências que mais caracterizam o que ele chama de mutirões autogeridos, e que, em certos termos, mais se aproximam daquele “laboratório” no qual poderiam ser gerados os embriões de uma verdadeiramente nova arquitetura, resultante de um trabalho vivo autônomo, muito próximo daquele que Sérgio Ferro havia imaginado em seu livro *O canteiro e o desenho* e Rodrigo Lefèvre em sua tese *Projeto de um acampamento de obra: Uma utopia*.

E o que se observa então, segundo ele, é que não são poucas nem insignificantes as questões controversas aí envolvidas. Mas mesmo assim vale a

pena apostar, pois “o mutirão autogerido”, diz Pedro, “é um lugar diferenciado dentro da produção capitalista do espaço. Esse pequeno e minoritário momento na construção da cidade é um vislumbre do que poderia (poderá) ser uma outra forma de produção. O canteiro autônomo, ao mesmo tempo que indica o vir a ser, ilumina as contradições das relações sociais capitalistas, cuja violência e alienação impostas ao trabalho passam a ser questionadas por outras práticas. Sem pretender que toda a intervenção arquitetônica se dê por essa forma, o mutirão autogerido certamente constitui-se num dos mais importantes lugares de atuação para o arquiteto disposto a realizar a crítica ao canteiro e ao desenho e tomar parte na invenção de novas relações de produção. E, como lembra Sérgio Ferro, por ser a construção uma manufatura, processo mais simples do que o industrial, é um excelente laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle da produção, se preparando para, quem sabe, grandes transformações”.

E assim, começando por Artigas e terminando pela avaliação das experiências dos mutirões autogeridos, relacionando-os com as idéias e práticas de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, Pedro tratou de parte significativa da história da arquitetura e das idéias arquitetônicas produzidas pelos arquitetos que se reivindicavam e se reivindicam de uma posição política de esquerda, muitos de inspiração marxista. E ao fazê-lo, por um lado mostra que neste espectro político, se semelhanças, é óbvio, existiram, muitas vezes e em certos casos o que predominou não foram apenas diferenças, mas por vezes profundas contradições, concernentes não apenas aos meios, mas aos próprios fins perseguidos. Evidentes, por exemplo, entre as idéias preconizadas por Artigas quanto ao papel do desenho arquitetônico, e as profundas críticas a ele feitas por Sérgio Ferro. Aliás, antagonismo exemplarmente revelado nas inconciliáveis opiniões manifestas por ambos sobre o papel de Brunelleschi.

E se uma das questões centrais do livro do Pedro, assim como dos trabalhos de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre nos enviam às questões concernentes à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, vistas por meio das relações entre o desenho e o canteiro, ou seja, entre o trabalho do arquiteto e o trabalho dos operários, e como estas são questões que só adquirem o sentido que o livro *Arquitetura nova* lhes confere, se forem vistas sob ótica de uma prática arquitetônica de esquerda, tomo a liberdade de lembrar aqui o que há mais de século foi dito por Engels, no seu *Anti Dhüring*, e que infelizmente nunca ou muito pouco é lembrado, malgrado (ou talvez por) seu profundo e revolucionário significado: “pela maneira de pensar das classes cultas, herdada pelo Sr Dhüring, é forçosamente uma monstruosidade acreditar que um dia não haverá mais trabalhador manual nem arquiteto de profissão, e que o homem que, durante uma meia hora terá dado instruções como arquiteto, empurrará também durante algum tempo o carrinho de mão, até que se faça novamente apelo a sua atividade de arquiteto. Que belo socialismo aquele que eterniza os trabalhadores manuais de profissão!”

Isto posto, e à guisa de conclusão, destaco uma destas (espero) felizes coincidências: o livro do Pedro foi editado poucos meses antes do Partido dos

Trabalhadores – ao qual ele várias vezes faz referência ao longo do texto – assumir pela primeira vez a Presidência da República, levando consigo uma imensa esperança e um significativa experiência em programas habitacionais voltados para as chamadas populações de baixa renda, em particular aquelas que se utilizaram do sistema de mutirões. E muitos daqueles envolvidos nesta história mais recente, são e sentem-se, cada um à sua maneira, herdeiros daquela que com muita proficiência o livro do Pedro nos faz reviver, convidando-nos a retomar o fio da meada. Sobretudo para estes sua leitura é totalmente recomendada, quase obrigatória para todos aqueles que, certamente, no novo quadro político-administrativo, terão uma responsabilidade ainda maior pela frente, decorrentes da histórica oportunidade pela qual muito batalharam.

Paulo Bicca

Arquiteto e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), autor do livro *Arquiteto: A máscara e a face*. São Paulo: Projeto, 1984.